



VOLUME - V.3
NÚMERO - N.1
DEZ. - 2025
ISSN: 2966-1439
P.202-227

ESTUDO SOBRE O PRECONCEITO LINGÜÍSTICO A PARTIR DE UMA ANÁLISE SOBRE A DESVALORIZAÇÃO DA VARIEDADE GUINEENSE DO PORTUGUÊS

A STUDY ON LINGUISTIC PREJUDICE BASED ON AN ANALYSIS OF THE
DEVALUATION OF THE GUINEAN VARIETY OF PORTUGUESE

Luís Brion¹

Kaline Araujo Mendes de Souza²

RESUMO: O preconceito, em suas variadas formas de manifestação, tem demonstrado ser um problema social que, a cada dia, revela uma impregnação agressiva e crônica de modo sutil, ou, às vezes, de forma explícita. O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o preconceito linguístico por meio de uma análise da desvalorização da variedade guineense do português, com base em dados constituídos a partir da aplicação de um questionário com estudantes guineenses que cursam o ensino superior numa dada instituição do Brasil e de documentos referentes à universidade em foco. Para embasar teoricamente a discussão proposta, foram considerados, dentre outros autores, Augel (2007); Bagno (2015); Cá (2020); Fanon (2015); Lima et al (2021); Mariani (2008); Mendes (2019); Nascimento (2019); Oliveira (2013). O resultado da análise dos dados aponta para a materialização do preconceito linguístico. Os resultados ainda sugerem lacunas no trabalho da instituição no tocante à valorização das variedades do português faladas por estudantes que a compõem. Conclui-se que é urgente discutir sobre esta forma de preconceito, despertando, assim, as mentes a se descolonizarem.

Palavras-chave: Preconceito linguístico. Línguas pluricêntricas. Diversidade linguística do Português.

ABSTRACT: Prejudice, in its various forms of manifestation, has proven to be a social problem that increasingly reveals an aggressive and chronic entrenchment, whether subtly or, at times, explicitly. The present study aims to discuss linguistic prejudice through an analysis of the devaluation of the Guinean variety of

¹ Mestrando em Linguística. Universidade Federal da Paraíba. ibrion84@gmail.com.

² Doutora em Linguística. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Unilab. kalinemendes@uilab.edu.br.

Portuguese, based on data collected from a questionnaire administered to Guinean students enrolled in higher education at a given institution in Brazil, as well as documents related to the university in question. To provide a theoretical foundation for the proposed discussion, the work draws on the contributions of several scholars, including Augel (2007), Bagno (2015), Cá (2020), Fanon (2015), Lima et al. (2021), Mariani (2008), Mendes (2019), Nascimento (2019), and Oliveira (2013). The results of the data analysis point to the concrete manifestation of linguistic prejudice. They also suggest gaps in the institution's efforts regarding the appreciation and recognition of the varieties of Portuguese spoken by its student body. It is concluded that there is an urgent need to address this form of prejudice in order to awaken minds to the process of decolonization.

Keywords: Linguistic prejudice. Pluricentric languages. Linguistic diversity of the Portuguese language.

INTRODUÇÃO

O preconceito, em suas variadas formas de manifestação, tem sido problema do cotidiano social que, a cada dia, revela uma impregnação agressiva e crônica por meio sutil ou de forma explícita. Com o intuito de entender essa problemática na área linguística, o presente artigo aborda a questão do preconceito linguístico, a partir do foco na desvalorização da variedade guineense do português em uma dada instituição de ensino superior no Brasil. Essa universidade tem seu quadro de estudantes formado por cidadãos brasileiros e de outros países lusófonos.

Nesse contexto, são postas em contato variedades diferentes do português. Isso põe em evidência a heterogeneidade da língua portuguesa, característica intrínseca a qualquer língua natural e viva, como defende a sociolinguística variacionista, fundada por William Labov (1960). E, nesse sentido, cabe ressaltar que cada variedade linguística carrega traços culturais e civilizatórios do território onde se inserem seus falantes.

No caso da língua portuguesa que, por meio da colonização, foi imposta a uma parte considerável dos povos colonizados, cabe destacar a influência das línguas locais, o que se reflete hoje nas variedades do português, reforçando, assim, o seu caráter pluricêntrico. A universidade foco de nossa pesquisa é um espaço que integra estudante/falantes de países cujo idioma oficial é a língua portuguesa, nomeadamente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e

Príncipe e Timor-Leste. Esses fatores, por si só, não deveriam constituir um problema. Entretanto, por questões políticas e econômicas, sendo a língua também uma prática social, vê-se nela uma relação de poder, o que acaba por gerar assimetrias entre as variedades linguísticas, de modo que algumas passam a ocupar posições centrais e socialmente legitimadas, enquanto outras são relegadas a lugares periféricos no espaço social (Bourdieu, 1991).

A Guiné-Bissau, país africano de língua oficial portuguesa, comporta um extenso leque de línguas, dentre as quais, as línguas étnicas distribuídas por todo o território nacional; a língua guineense, língua autóctone, é a mais falada pela população, apesar do estatuto de oficialidade do português no país.

A variedade guineense do português constitui o foco de reflexão deste trabalho. Realizamos um estudo sobre o preconceito linguístico, analisando a desvalorização desta variedade em uma instituição universitária brasileira que reúne variedades distintas do português. Essa instituição foi criada com base em uma política de cooperação entre o Brasil e os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A partir disso, instituiu-se o objetivo de desenvolver o ensino superior e impulsionar o combate ao racismo, à desigualdade racial, pautando-se pela produção e divulgação dos saberes universais de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil, assim como dos países de expressão em língua portuguesa, respeitando e reconhecendo as diferenças e as diversidades de todo o tipo, pois esse é o princípio básico da cooperação e integração (Lima *et al.*, 2021).

Com base em nossa experiência, percebemos que os princípios do respeito e reconhecimento das diversidades, que motivou e alicerçou a criação da universidade focalizada, tem-se tornado uma utopia, situação que repercute na vida dos estudantes internacionais. A complexidade dessa situação levou, para o campo linguístico, o questionamento que norteou a pesquisa realizada para responder à questão: Qual o papel/lugar da variedade guineense do português na região em que está sediada a universidade, especialmente, na própria instituição?

Partimos da compreensão de que o desalinhamento da instituição com os princípios norteadores da sua criação resulta na promoção de preconceitos. Nesse

sentido, decidimos investigar, junto aos estudantes guineenses da universidade, as ocorrências de preconceito linguístico que contribuem para a desvalorização da variedade guineense do português na região em que se localiza a universidade, notadamente, no espaço universitário. Para tanto, elaboramos um questionário para a coleta de dados. O instrumento, composto de três perguntas abertas, foi aplicado com dez estudantes guineenses da referida instituição, graduandos de diferentes cursos.

O conjunto de dados deste estudo foi constituído a partir dos textos resultantes dos questionários aplicados e da literatura de referência, cujo recorte buscou embasar teoricamente a discussão acerca de problemáticas relativas à diversidade linguística, ao pluricentrismo linguístico, ao contexto sociolinguístico guineense, às políticas linguísticas, ao preconceito linguístico, dentre outros. Assim, as discussões que sustentam a argumentação do trabalho ancoram-se nas obras de Cá (2020), Oliveira (2013), Mendes (2019), Augel (2007); Lima *et al.* (2021); Nascimento (2019), Fanon (2015) e Bagno (2015).

Este artigo está dividido em seis seções. Na primeira, tratamos da diversidade linguística na lusofonia. Na segunda parte, discutimos sobre o caráter pluricêntrico da língua portuguesa. Na terceira, contextualizamos a história da língua portuguesa na Guiné-Bissau. Na quarta seção, refletimos sobre a condição de política linguística da universidade investigada no estudo. Na quinta parte, descrevemos o contexto da pesquisa realizada, apresentando os dados coletados, com ênfase nas respostas aos questionários e apresentação de resultados. Por último, trazemos as considerações finais.

1 DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

1.1 DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NA LUSOFONIA

Toda e qualquer língua viva, além de ser suscetível à mudança, é articulada e é heterogênea, pois apresenta variação em seus níveis estrutural e social. Essas são características intrínsecas às línguas naturais. A língua portuguesa, sendo uma língua natural, não foge à regra. Por meio da navegação, atingiu os outros territórios e foi imposta a outros povos, ganhando, assim, mais variedade ainda (Souza;

Bandeira, 2018). A partir da expansão, da exploração e da imposição, a invasão colonial portuguesa deixou a sua língua em quase todos os continentes, nomeadamente África, América, Europa e Ásia, tornando assim:

[...] língua oficial em 10 países, oito deles membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mais a Guiné Equatorial, que a oficializou em 2011 ao lado do espanhol e do francês, e da China, ou mais exatamente da RAEM, Região Administrativa Especial de Macau, onde é cooficial ao mandarim até o ano de 2049 (Oliveira, 2013, p. 411).

Essa presença da língua portuguesa nesses outros territórios com culturas e realidades diferentes, em contato com outras línguas nativas desses espaços, contribuiu para torná-la mais diversificada e mais variada, pois sofreu a influência de diversos fatores, legitimando a ocorrência de duas formas resultando na variação linguística, “(...) processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, o mesmo significado” (Coelho *et al.*, 2015 p. 16). Essa diversidade da língua não compromete o seu funcionamento, não faz de uma variedade mais importante que a outra, pelo contrário, é a demonstração da riqueza linguística e reflexo da variedade social e cultural, ou em outras palavras:

As diferentes formas que empregamos ao falar e ao escrever dizem, de certo modo, quem somos: dão pistas a quem nos ouve ou lê sobre o local de onde viemos, o quanto estamos inseridos na cultura letrada dominante de nossa sociedade, quando nascemos, com que grupo nos identificamos, entre outras informações (Coelho *et al.*, 2015, p. 16).

Ainda vale salientar que a variação do português vem da diversidade dos seus mais de duzentos e vinte e um mil falantes distribuídos por todo o mundo, tendo-a como a primeira ou a segunda língua (Oliveira, 2013). Pode-se revelar uma outra realidade se se olhar para o contexto dos países africanos, por exemplo, o caso da Guiné-Bissau, onde há falantes que têm o português como a terceira língua, precedida de mais de duas dezenas de línguas étnicas e da língua guineense.

De acordo com Costa (2012 *apud* Souza e Bandeira, 2018), a variação ou diversidade linguística é vista como “[...] o fenômeno que envolve múltiplos e concomitantes usos de formas com o mesmo significado linguístico, marcado por diferentes significados sociais, segundo o contexto em que ocorrem”.

O uso diversificado entre os falantes da língua portuguesa, "inserida em meio a grande variedade de situações sociolinguísticas" (Ferreira, 2019, p.2) que se encontra espalhado pelo mundo inteiro, contribuiu na formação da lusofonia.

Em nossa concepção, a língua portuguesa transcende fronteiras e é definida pela transnacionalidade, ou seja, deixa de ser apenas só a língua de uma nação, propriedade de um único povo, independentemente de qual seja, e é determinada pela indefinida comunidade internacional, pois, como foi exposto anteriormente, trata-se de uma língua falada em todo mundo, é uma língua que alcançou "[...] a cifra de 83 milhões de usuários, passando a ser, em 2010, a quinta língua mais usada na rede – à frente do japonês – em crescimento que vai *par e passo* com a situação de letramento ou literacia das populações lusófonas" (Oliveira, 2013, p. 411).

Do exposto até aqui, infere-se que a língua portuguesa, após o seu contato com o mundo afora, ganhou suas diversas formas de manifestação no uso, dependendo do espaço geográfico e de vários outros fatores que condicionam essa variedade linguística do português falado em todo o planeta, que ainda se encontra em processo constante de crescimento, formando, assim, um amplo espaço no qual se vê a manifestação da diversidade do português por meio dos traços particulares de cada território, isso é, a cada encontro desse idioma com outras língua já situadas nesses espaços, a língua portuguesa recebe novas influências e ganha novo léxico com a intervenção da cultura, dos hábitos e dos costumes dos povos pertencentes a esses ambientes. Importa salientar que:

Internamente aos países da CPLP o português convive com aproximadamente 339 diferentes línguas, com variado número de falantes e diferentes graus de vitalidade, línguas estas constituintes das culturas nacionais dos respectivos países e hoje objeto de uma série de programas de promoção por parte dos governos [...] (Oliveira, 2013 p. 412).

Como afirma Agualusa (2005, p.1 apud Bandeira e Souza, 2018p.4), em "[...] todos os países de língua portuguesa, incluindo em Portugal, se falam outras línguas nacionais". Com toda essa influência e fatores condicionadores de variedade, todo espaço em que se fala a língua portuguesa compartilha o mesmo código linguístico partilhado, isto é, entre os falantes de Angola, Cabo-Verde, Brasil, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Portugal, Timor Leste, ou de qualquer território onde se instala essa língua.

Esse aspecto singular e autônomo de manifestação em diferentes espaços faz com que essa língua seja considerada pluricêntrica, ou seja, a língua portuguesa encontra um extenso centro nos países que carregam o estatuto de oficialidade, um assunto que vamos desenvolver com mais detalhes na próxima seção.

2 PORTUGUÊS COMO LÍNGUA PLURICÊNTRICA

Ao findar o longo processo de luta pela libertação dos jugos e invasão colonial portuguesa, as antigas colônias africanas adotaram a língua portuguesa como oficial nesses territórios, nomeadamente, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, conhecidos hoje como Países Africanos de Língua Oficial Português-PALOP.

Esse *status* de oficialidade é o mesmo no Brasil, na Região Administrativa Especial de Macau- RAEM, na Guiné Equatorial e no Timor-Leste. E, por esse mesmo fim político, muitas organizações internacionais adotaram o Português com o estatuto de oficialidade ou com um certo prestígio:

O português é língua com estatutos de oficialidade ou estatuto especial em 26 organizações internacionais, entre elas em 5 dos 17 blocos econômicos regionais hoje existentes no mundo: União Europeia, Mercosul, SADC, CEDEAO, CEEAC, [...]. No campo das organizações diplomáticas, o português está presente em entidades como a CPLP, a União Africana, a UNASUL, a OEA, a OEI, a União Postal Internacional, entre outras (Oliveira, 2013, p. 412).

Com a presente globalização, é utópico pensar em uma nação, grupo ou sociedade com homogeneidade linguística, pois a globalização potencializou o processo migratório entre os povos, a comunicação entre estes e, concomitantemente, facilita a transportação das suas culturas e línguas, resultando numa coexistência linguística e cultural (Batoréo, 2014), tornando, assim, “as diferentes variedades do que formalmente se considera uma língua, passem a ter uma dimensão supranacional, numa escala global, muitas vezes geograficamente descontínua” (Batoréo, 2014 p. 2).

Em se tratando do português, o objeto em discussão, todos os indicadores apresentados pela autora contribuíram para torná-lo uma língua pluricêntrica, por ter tido, inclusive, contato com outras línguas de mais diversificada realidade, o que

influenciou e contribuiu para a heterogeneidade das variedades do português que se falam em diferentes centros. Para Batoréo (2014):

São consideradas tipicamente pluricêntricas as línguas que apresentam diferentes variedades faladas em diversos países ou regiões distintas, com um ou mais núcleos nacionais, isto é, com uma ou mais normas nacionais próprias, substituindo este modelo uma perspectiva mais antiga que considerava as variedades mais distantes do *standard* tradicional e historicamente estabelecido como “desvio” da norma (Batoréo, 2014 p. 2).

Como se pode observar, a autora se vale da noção de *pluricêntrico* para explicitar o quanto se pode ver a língua portuguesa se tornando centro em diversos polos e em diversos lugares com as suas características específicas, revelando, assim, as variedades diversas desta mesma língua. Nessa linha interpretativa, pode-se dizer que a língua portuguesa falada em Guiné-Bissau é tão legítima quanto a que se fala em Portugal, Moçambique, Brasil e em qualquer centro no qual é tida como oficial ou co-oficial. Nessa altura, vale destacar que a diversidade linguística é o reflexo da diversidade social, o que pode abrir uma brecha para assimetria entre as línguas. No entender de Geraldi *et al* (1999):

A língua é produzida socialmente. Sua produção e reprodução é fato cotidiano, localizado no tempo e no espaço da vida dos homens: uma questão dentro da vida e da morte, do prazer e do sofrer. Numa sociedade como a brasileira – que, por sua dinâmica econômica e política, divide e individualiza as pessoas, isola-as em grupos, distribui a miséria entre a maioria e concentra os privilégios nas mãos de poucos –, a língua não poderia deixar de ser, entre outras coisas, também a expressão dessa mesma situação (Geraldi *et al*, 1999, p. 15).

No caso do português, é interessante destacar, resgatando Mendes (2019), sobre a criação de institutos como IILP- Instituto Internacional da Língua Portuguesa, da comunidade dos países da língua portuguesa, que objetivam a criação de um espaço “amplo e multilateral” que serviria de lugar de concertação em torno de língua, “o bem comum”, no discurso corrente da CPLP (Silva; Sant’anna, 2012 *apud* Mendes, 2019).

Não é irrelevante o número de países, membros dessa comunidade, que dela participam como figurantes, ouvintes que acatam as resoluções e decisões tomadas sem que possam ter poder deliberativo, sem condições de fazerem difundir as suas variedades. Isso revela a utopia de “[...] mudanças no modo de conceber as normas linguísticas, dando visibilidade às variedades que não estão no centro, valorizando outras normas nacionais” (Silva; Sant’anna, 2012 *apud* Mendes, 2019, p. 57).

Contrariamente a esta utópica promoção das variedades ao centro, comunidades dessa natureza deveriam funcionar como promotoras do pluralismo linguístico, colocando no seio das atenções a problemática das políticas linguísticas. Segundo Oliveira (2012, *apud* Mendes 2019, p. 40), “deveriam estar no centro da questão das políticas linguísticas no espaço da lusofonia a abertura e o acolhimento ao multilinguismo e à diversidade cultural, como tem acontecido, em diferentes perspectivas, em outras partes do mundo, como nos lembra”.

A esse respeito, Silva e Santana (2012, p. 118) afirmam que vale entender que nesses projetos, as políticas linguísticas são movidas não só pela desinteressada vontade de criar um ambiente multilíngue global, mas sim na relação entre “língua e poder”. Daí, “são as variedades centrais, representadas por Portugal e pelo Brasil, que ainda controlam as ações em torno da língua comum” (Mendes, 2019, p. 40).

Apresentada a discussão acerca do pluricentrismo do português, na seção seguinte, focalizaremos a Guiné-Bissau, fazendo uma contextualização sociolinguística do português.

3 O PORTUGUÊS NA GUINÉ-BISSAU: CONTEXTUALIZAÇÃO LINGUÍSTICO-SOCIOHISTÓRICA

A Guiné-Bissau é um país situado na costa ocidental da África. Agrega uma superfície de 36.125km², distribuída em oito regiões e mais o sector autónomo de Bissau, a atual capital. O país ainda conta com 38 sectores e suas secções. Trata-se de um país com fronteiras limítrofes ao norte com Senegal, ao leste e ao sul com a República de Guiné Conakry e banhado pelo oceano atlântico na sua parte ocidental. É de destacar que a Guiné-Bissau é composta de um riquíssimo, complexo e multifacetado mosaico-étnico-cultural causado por motivos como “[...] migrações internas e externas, a assimilação, a mestiçagem e destruições de várias naturezas [...]” (Augel, 2007, p. 77).

Cada um desses grupos étnicos possui a sua própria identidade linguística, o que torna o país multilíngue, com dezenas de línguas matizadas por suas diversidades e com percentagens desproporcionais dos seus falantes. “As línguas étnicas continuam vivas e são faladas praticamente na mesma percentagem do número de habitantes de cada etnia” (Augel, 2007, p. 82).

Ainda nesse espaço multilíngue, há o guineense, que é a língua nacional do país, língua para a qual convergem todos os falantes das outras línguas, conhecido no seio guineense como crioulo, “[...] uma língua híbrida, mestiça, com a função social de língua veicular, ponte de comunicação entre os falantes de origens as mais diversas, desde os tempos coloniais” (Augel, 2007, p. 82). Uma língua que ganhou o seu desenvolvimento e estatuto nacional durante o contato secular com os portugueses colonizadores. Para Silom (2019, p. 16), o guineense “resulta do contato direto da língua dos colonizadores (portugueses) com as línguas africanas locais”. É de se salientar que foi a língua de grande contributo durante a luta armada de libertação do país, pois servia de veículo de comunicação entre os combatentes guineenses, o que o logrou o conceito de língua da unidade nacional (Augel, 2007). Ou seja, o guineense, tornou-se “detentor sociolinguístico do conceito da independência” (Lopes, 1988, p. 231).

O português é a língua oficial da Guiné-Bissau, levada para este país por meio da colonização portuguesa. O primeiro contato deu-se na primeira metade do século XV, com a chegada dos colonizadores portugueses. Augel (2007, p. 51) aponta que “data de 1446 o primeiro registro de navegadores portugueses na Costa da Guiné, quando Nuno Tristão, vindo da costa senegalesa, aportou no trecho do litoral africano que veio a constituir mais tarde a província portuguesa da Guiné”.

A ocupação colonial foi crescendo ao longo dos séculos, expandindo com ela as instalações dos seus postos avançados nas zonas que, estrategicamente, facilitariam os interesses comerciais, político e econômico do império (Cá, Rúbio, 2019). A partir desse contato com os portugueses invasores e colonialistas, a língua portuguesa foi levada para Guiné-Bissau, e foi se implantando no território seguindo o processo de instalação dos portugueses.

Com a conferência de Berlim, deu-se a efetivação dos portugueses no território guineense. A partir dessa conferência, a África foi dividida entre os colonizadores europeus, e, assim, a Guiné-Bissau passou a ser colônia portuguesa

O período colonial, que teve séculos de duração, chegou ao fim com uma desencadeada luta armada que durou 11 anos, liderada por Amílcar Cabral, conhecido como pai da nacionalidade guineense e cabo-verdiana. Após o longo período de luta pela libertação nacional, a Guiné-Bissau proclamou a sua

independência no dia 24 de setembro de 1973, e com a conquista da independência, a língua portuguesa foi adotada como a língua oficial no território nacional recém liberto.

A adoção de língua portuguesa como oficial visa seu uso como a língua do ensino também e não só, mas do trabalho e de uso nas concertações nos congressos internacionais, e ainda passou a ser obrigatório o seu uso nas escolas e em todos os recintos escolares (Silom 2019). Apesar desse elenco de obrigações de uso do idioma, a percentagem efetiva de utilização é pequena e restrita a certos espaços no território guineense.

De acordo com Scantamburlo (2013, p. 28), a língua guineense reúne maior número de falantes com 44,31%, o que revela também que o português, mesmo sendo a língua oficial do país, não é majoritária na sociedade guineense. É notável o espaço que as línguas étnicas ocupam também no seio guineense. Exemplo disso são o balanta e o fula, que cobrem, respectivamente, os percentuais de 24,54% e 20,33 % de falantes, ainda conforme o autor.

Apresentado o contexto do português na Guiné-Bissau, na seção a seguir, trataremos da universidade focalizada neste trabalho, a qual representa uma das políticas linguísticas para o português idealizada pelo Governo do Brasil.

4 UNIVERSIDADE INTERNACIONAL COMO POLÍTICA LINGUÍSTICA

A universidade que focalizamos é uma universidade federal de moldes internacionais. Seu corpo estudantil está formado por estudantes oriundos de países que têm o português como língua oficial, a saber: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Também possui em seu quadro docente profissionais de nacionalidades diferentes.

Instituída em 20 de julho de 2010, pela Lei n. 12.289 (Brasil, 2010). Surgiu da cooperação entre Brasil e África, no intuito de implementar a política externa, isto é, uma “internacionalização acadêmica”, focada na diversidade e aproximar ao máximo o caráter não hegemônico, mas solidário e fraterno, firmado num laço histórico e cultural, ajudando, assim, no combate à “exclusão” vista nas universidades, alimentada por elitização do acesso às mesmas. Ela é o fruto de uma

cooperação bilateral através da qual seria impulsionado o combate à desigualdade racial e o racismo (Lima *et al.*, 2021).

A partir do postulado, vê-se uma ação de governo que visa a desenvolver o ensino superior, ação essa que também podemos considerar como sendo política linguística, que se entende como um dos tipos de “políticas públicas concebidas e executadas por instituições que possuem influência na sociedade (Estado, os governos, as igrejas, ONGs, associações e até mesmo, a família)”(Oliveira, 2007). Para Nicolaides *et al.* (2013 *apud* Silva, 2018 p. 15), a política linguística, em seu sentido global, pode ser descrita como a arte de dirigir a governança ou condução de questões sociais de uma nação.

É com base nessa arte de governança e com o intuito de conduzir a questão social que o governo, através da sua lei, sancionou a criação de uma universidade com a finalidade de não só resgatar os laços históricos e culturais com as comunidades dos países que partilham a mesma língua ou passado histórico, no caso dos países africanos da língua portuguesa-PALOP que a integram, mas também como forma de combater a desigualdade social e o impedimento de pessoas de classe econômica baixa ao acesso às universidades públicas, que até então só eram acessadas por pessoas de classe social média alta, das elites sociais; uma realidade que sofreu transformação com a criação da universidade destacada.

A criação dessa universidade foi alicerçada numa ideia de integração, pois, só assim, seria possível concretizar o que se denomina de “disseminação de saber universal”, os saberes que viriam de miscigenação de hábitos, costumes, cultura e língua, sobretudo, porque se trata de um leque de variedades distintas de uma mesma língua.

É interessante salientar que “o respeito e reconhecimento à diversidade” é a tônica no documento/projeto basilar de criação da universidade internacional de que tratamos. Conscientes desse ponto significativo na construção da instituição em questão - “respeito à diversidade” - e atentos à realidade atual da universidade, estudamos, particularmente, sobre qual tem sido o papel da universidade referida na promoção e valorização das variedades do português falado pelos estudantes dos países da integração.

Confrontando o projeto da criação da instituição, os aspectos norteadores de sua criação com a sua realidade atual, nota-se o desalinhamento com o que foi plasmado no projeto, isto é, percebe-se que, na atualidade, a realidade foge ao que era o projeto fundador, a realidade da universidade está sendo infiel aos ideais que se encontram na base do seu projeto fundador.

É perceptível a desconformidade da universidade com os ideais de seu projeto fundador, fato que pode ser verificado na desatenção em relação aos países da integração. Isso se pode constatar, por exemplo, nos ementários dos componentes curriculares dos cursos de graduação, dado que, nesses documentos, se privilegiam referências brasileiras, e não só, como também nas ofertas curriculares das disciplinas do curso de Letras - Língua Portuguesa, a única disciplina que apresenta uma abordagem exclusivamente voltada aos países africanos que integram a universidade, “Literaturas Africanas: temas e tópicos”, é uma disciplina optativa, e, além do mais, nunca existiu uma disciplina com o conteúdo dirigido ao Timor-Leste, que é o único país asiático participante da “integração” proposta pela instituição.

Esse fato revela a infidelidade aos princípios norteadores da criação da universidade como uma política linguística desenhada com o intuito de opor à desigualdade social e de colocar em prol da promoção, da valorização e do respeito à diversidade. A pouca atenção dedicada à implementação deste projeto resulta na promoção de preconceitos, inclusive, o linguístico, fenômeno que investigamos em nosso trabalho.

De acordo com Bagno (2015), entende-se por preconceito linguístico um julgamento negativo dirigido às variedades linguísticas e a seus falantes, com base em critérios sociais e não linguísticos. “A palavra preconceito deriva do latim ‘pré’, que significa antecipação, adiantamento, e do sufixo ‘concéptus’, que significa ação de conter ou opinião ” (Silom, 2019, p. 23).

Com base nos autores, podemos entender preconceito como um julgamento preconcebido de alguma coisa sem, no entanto, ter o conhecimento ou a certeza de tal, o que demonstra certo tipo de negatividade, “[...]uma atitude hostil ou preventiva a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence a esse grupo, supondo-se, portanto, que possui as características contestáveis atribuídas a esse grupo” (Allport, 1954, p. 22 *apud* Silom, 2019, p.11).

Considerando essa compreensão de preconceito, partimos do fato de que a universidade investigada, marcada por significativa diversidade racial e cultural, constitui um espaço particularmente relevante para observar como tais julgamentos preconcebidos podem emergir nas interações sociais, tendo como ponto de partida a hipótese de existência do preconceito linguístico dirigido à variedade guineense do português. Para isso, consideramos pertinente levantar, junto aos estudantes guineenses da universidade, os fatores que contribuem para a desvalorização da variedade guineense do português na região em que se situa a universidade e na própria instituição.

5 DESENHO DO ESTUDO

Assim, delineamos um estudo de caráter exploratório e explicativo, e de abordagem qualitativa, considerando a perspectiva descritiva e analítica que nos permitiu realizar uma leitura mais abrangente do fenômeno social em questão (Godoy, 1995), qual seja: a desvalorização da variedade guineense do Português na região em que se situa uma dada universidade brasileira e na própria instituição.

Para a constituição do conjunto de dados dos quais nos valem neste trabalho, optamos pela pesquisa bibliográfica associada à aplicação de um instrumento - questionário composto de três perguntas abertas - para investigar acerca do preconceito linguístico, notadamente, aquele dirigido a estudantes guineenses da universidade focalizada, os quais podem ser caracterizados como participantes do estudo.

5.1 DETALHAMENTO DO QUESTIONÁRIO

Como oportunamente informamos, para a coleta de parte dos dados da pesquisa, aplicamos um questionário composto de três perguntas abertas a um quantitativo de 10 estudantes guineenses da universidade investigada. Antes de responder ao questionário, os participantes preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As perguntas que compuseram o questionário foram as que seguem:

1. Você observa algum tipo de preconceito quando fala em Português na região Y? E na universidade X³? Comente a respeito de sua resposta.
2. Você conhece alguém que já tenha sido alvo de preconceito linguístico na região Y ou na universidade X? Se sim, poderia falar sobre essa situação?
3. Em sua opinião, a universidade X trabalha no sentido de promover a valorização das variedades do Português falado pelos estudantes da instituição? Comente.

5.2 DESVELANDO O PRECONCEITO LINGUÍSTICO A PARTIR DO DIZER DE ESTUDANTES GUINEENSES DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DO BRASIL

A primeira pergunta do questionário aplicado foi a seguinte: **Você observa algum tipo de preconceito quando fala em Português na região Y? E na universidade X? Comente a respeito de sua resposta.**

Todos os 10 respondentes afirmam ter observado o preconceito linguístico quando falam português. As respostas revelam o quanto tem sido um ato recorrente, uma situação pela qual os estudantes passam diariamente na região [...] e na própria universidade, com variadas formas de manifestação. Conforme afirma um dos respondentes, “[...] esperam que a gente fale como eles, quando isso não acontecer, a sua forma de falar é estigmatizado” (R1, *sic*).

O fato de todos os respondentes relatarem ter observado ato de preconceito linguístico confirma a nossa hipótese de que existe o preconceito linguístico, conseqüentemente, a desvalorização da variedade guineense do português, com a ridicularização dos sotaques pelo fato de serem diferentes. Os resultados das respostas dos participantes ainda revelam que estes atos preconceituosos na língua acontecem na rua, no mercado, e, sobretudo, nas salas de aula, afetando os estudantes guineenses, criando limitações nestes, que acabam tendo medo de serem ridicularizados, conforme se observa no depoimento do respondente (R2):

³ Por uma questão de preservação da integridade da instituição, decidimos não mencionar a universidade de uma forma explícita, tanto em nossa escrita como nos textos dos respondentes que copiamos aqui.

[...] muitos colegas Guineenses não participam das aulas (comentar) aulas, porque sentem receio de falar português, devido ao índice do muito elevado deste preconceito linguístico, [...] sempre que vamos fazer compras nos supermercados, os nossos atendentes falam como se não conseguissemos entender se eles falassem normalmente como falam com qualquer brasileiro (R2, *sic*).

Os falantes da variedade guineense do português, impedidos de participar das aulas por serem alvos do preconceito linguístico, por receio de serem ridicularizados, encontram-se numa situação em que a língua se torna o *lugar de sofrimento* (Nascimento, 2019). Torna-se evidente a relegação da variedade guineense do português para um lugar de desprestígio, tirando, assim, dos seus falantes o direito de ser o sujeito modificador da língua (Bakhtin 1997).

A ridicularização do sotaque do outro, menosprezo ao seu falante e forma pejorativa de tratá-lo, ao ponto de pensar que não sabe falar o português pelo fato de usar uma variedade diferente, trata-se de definir esse falante como um não possuidor da sapiência linguística.

Desde atendentes do supermercado, do pessoal na rua, ao colega da sala de aula que se auto colocam no lugar de detentores do certo e conhecedores do “certo” e “errado” na língua, por meio dos seus atos linguísticos, buscam se colocar no lugar do verdadeiro padrão a ser alcançado por um falante da variedade guineense do português, o que flagra um claro traço de colonialidade; colocando em experimento uma nova dominação epistémica.

Concordamos com Bagno (2015), quando afirma que o preconceito linguístico não tem a ver com o que é dito, mas com quem disse. Julgamos ser de suma importância destacar a nossa análise de que a desvalorização, o estigma e o juízo de valor pré-definidos que se tem dos falantes da variedade guineense do português dá-se pelo fato de serem africanos, um povo sobre o qual se criaram vários estereótipos. São esses estereótipos que refletem linguisticamente na forma como preconceituosamente é vista a variedade guineense do português.

O preconceito linguístico e a desvalorização da variedade guineense do português foram evidenciados a partir da forma como se ridicularizam os sotaques dos falantes guineenses, impedindo os estudantes de participar ou comentar na aula; dos professores insistindo que os estudantes falem com sotaques brasileiros, e dos atendentes dos supermercados e moradores da região Y rotularem como

errada a forma que os guineenses falam pelo fato de possuírem uma variedade do português diferente.

É muito importante destacar que a história única reflete o poder que habilita em contar e definir a história do outro (Adichie, 2019). A narrativa colonial contou a história que definiu os africanos como gente inferior, com deficiência assim como a sua língua. Essa narrativa contribui profundamente para perpetração do racismo linguístico na sociedade, desvalorizando, assim, as variedades faladas por falantes pertencentes a certas classes sociais, certos espaços e pertencente a uma determinada raça, como é o caso dos falantes da variedade guineense do português.

Para Rosa e Flores (2017 *apud* Nascimento, 2019), a visão única do mundo condiciona a elevação de uma variedade em detrimento de outra, onde a variedade elevada é vista numa escala evolutiva, o modelo para o desenvolvimento das outras. Analisando as respostas dos participantes, entende-se que o mito da existência de uma homogeneidade linguística e a visão estereotipada dos africanos são dois principais causadores do preconceito linguístico.

Por um lado, percebe-se a reprodução de preconceito linguístico com a ignorância sobre as características de mudança, heterogeneidade e articulação como intrínseca a qualquer língua natural. Por outro, vê-se a consciente luta de poder, pois, como alerta Nascimento (2019, p. 89), é preciso “[...]pensar a linguagem como um lugar de disputa dos poderes, mas sobretudo de reafirmação dele”, pois ela não só serve para nomenclaturas, ela também é o meio pelo qual se pratica a exclusão, que é justamente o que se vê a partir das respostas dos participantes.

A segunda pergunta a compor o questionário foi: **Você conhece alguém que já tenha sido alvo de preconceito linguístico na região Y ou na universidade X? Se sim, poderia falar sobre essa situação?**

Oito, dentre os dez participantes, afirmam ter conhecido pessoas que já passaram pela situação de preconceito linguístico e dois, mesmo não conhecendo, já ouviram falar das pessoas que passaram por essa situação. É interessante destacar que o preconceito linguístico que ocorre no ambiente universitário não é só protagonizado pelos estudantes, também houve registros de professores praticando o preconceito linguístico com os estudantes, exigindo que estes falassem como os brasileiros, porque não entendiam o português falado pelos guineenses. Os

respondentes um (R1) e dois (R2), ao serem questionados se conheciam alguém que tivesse sido alvo de preconceito linguístico, responderam o seguinte:

Só não irei chamar nome do prof e nem do seu instituto por outros motivos, ele questionou um colega por que de até então (três anos) ele não consegue falar que nem os nacionais. A justificativa, "segundo ele", não entende a forma que o colega fala português. Ele teria que adaptar as outras. Questão que se coloca: o prof também não poderia adaptar/buscar entendê-lo? (R1, sic)

Sim. Uma colega me falou que sua professora lhe obrigou a mudar o sotaque na sala de aula, tendo em conta o tempo que esteve no Brasil (R2).

As respostas dos respondentes um (R1) e dois (R2) demonstram uma clara desvalorização da variedade linguística do português que não seja a brasileira. Para esses professores, estar num território é sinônimo de perder a identidade linguística e submeter-se ao que, para eles, é o “padrão”, o “certo”, o “ideal”, “o que se consegue entender”, rotulando esta variedade de mais “estimável”, mais “bonita” e de “honra” e “certo”.

Quando os professores pedem para os estudantes falarem como um nacional, passam a colocar a variedade nacional (brasileira) do português como o lugar de verdadeiro padrão que precisa ser alcançado pelo falante guineense. A ação do professor demonstra a reprodução da colonialidade, tentando forjar uma homogeneidade linguística, criticando tudo o que não se encaixa nessa utópica homogeneidade linguística. Quando se nega ao falante a sua variedade linguística, nega-se também a sua identidade e o seu direito como sujeito da produção, o que configura o *linguicídio*. Para Nascimento (2019, p. 26), “o epistemicídio é *linguicídio* quando desapropria o sujeito de seu próprio direito de produção de saber[...], quando ao sujeito [...] é negada a possibilidade de ser o sujeito da língua e, portanto, compreender e modificar diretamente a língua”.

Assim, o professor reproduz não só preconceito, mas também o epistemicídio, quando exige do falante da variedade guineense do português o uso da variedade brasileira, o que demonstra a desvalorização da variedade guineense e, conseqüentemente, o seu apagamento. Partindo da ideia fanoniana de que “falar é existir absolutamente para o outro” (Fanon, 2008, p. 33), quando a um falante de qualquer variedade de uma língua é exigido deixar de falar a sua variedade para se submeter a outra, ele deixa de existir linguisticamente, pois falar “[...] é sobretudo

assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (Fanon, 2008, p. 33). Aquilo que os professores exigiram vai muito além da mudança de variedade, transcende uma mera mudança de sotaque, abrange toda uma questão cultural, uma vivência, a civilização de um povo.

Vale sublinhar que relatos sobre atos de preconceito praticados por professores/as da universidade estudada constituiu um número significativo nas respostas. Dentre os dez, quarenta por cento dos entrevistados relatam a situação que envolve professor como o praticante e o estudante como alvo de ato de preconceito linguístico, como revelam as respostas dos respondentes (R1), (R4) e (R5). Convém destacar a fala do respondente número cinco (R5), o qual afirma o seguinte:

A priori não. Mas já ouvi relato de uma colega de entrada que sofreu esse tipo de preconceito. Era do curso de agronomia, mas já se transferiu para outra universidade. Foi em pleno sala de aula. A professora a fez a seguinte pergunta: ‘Como é que vocês conseguem passar nos testes do processo seletivo com tanta dificuldade que vocês têm de falar a língua portuguesa?’ Muito forte esta questão (R5).

Constata-se um caso de desvalorização ao extremo da variedade guineense do português, como se vê na fala do respondente cinco (R5), uma produção de violência contra um falante, pelo fato de não falar a mesma variedade, um ato de humilhação. Este relato confirma nossa hipótese de prática de preconceito linguístico perpetrado por professores, figuras que deveriam ser, como postula Coelho *et al.* (2021, p. 147), “[...] porta-voz da luta contra o preconceito linguístico, tão arraigado ainda em nossa sociedade e que redundava em atitude de intolerância e exclusão social”.

É exatamente contrário o comportamento da docente referida na fala do respondente cinco (R5). Observa-se “intolerância e exclusão”, o que é preocupante, pois é um comportamento de uma professora de uma universidade de integração, que, em suas diretrizes norteadoras, aponta zelar pelo respeito às diversidades de todo tipo.

Para Menezes de Souza, prefaciador do livro *Racismo linguístico* (2019), “nos tempos sombrios em que hoje vivemos, marcados pelo ódio, pelo racismo, pela misoginia e pela homofobia, quando o tema é racismo, além de violência, duas palavras vem logo à mente: humilhação e vergonha” (Nascimento, 2019, p.7).

Fazendo coro à essa voz, a fala do respondente cinco (R5) revela que, quando o tema é preconceito, pode-se esperar sempre encontrar a humilhação e vergonha.

Objetivando estudar sobre o papel da universidade em foco, no sentido da promoção e da valorização das variedades do Português falado pelos estudantes dos países da integração, foi proposta a terceira questão: **Em sua opinião, a universidade X trabalha no sentido de promover a valorização das variedades do Português falado pelos estudantes da instituição? Comente.**

O resultado mostra opiniões relativamente diferentes, pois metade dos respondentes afirmam que a universidade investigada não trabalha no sentido de promover as diversidades, enquanto que a outra metade afirma que “sim”, a instituição trabalha, entretanto, de uma forma superficial, ou seja, o trabalho está aquém do almejado.

Os respondentes que afirmam que a instituição não trabalha na promoção das variedades destacaram o envolvimento dos próprios professores na prática de preconceito linguístico, como relata o respondente um (R1): “A universidade (sic) não trabalhou nada sobre isso, mesmo que quisesse, não teria como, porque até uma professora pede a interpretação, se isso acontece, ou é cometido pelos professores na sala de aula, quem resolve isso? [...]”. Volta à tona o problema do envolvimento dos professores na prática do preconceito. Considerando a fala do respondente um (R1), questiona-se se realmente estes relatos não demonstram claramente que a instituição está em falta com essa luta.

Se os/as professores ainda atuam de forma preconceituosa com os estudantes na sala de aula, é um sinal de que esse comportamento não é passível de punição, porque, mesmo que existissem normativas contra essa prática, o número significativo que envolve professores como praticantes desta intolerância e violência contra a variedade do português que não seja a brasileira, indica a impunidade em relação ao preconceito linguístico. Ainda sobre a questão três, o respondente número dois (R2) destaca o seguinte:

Ao meu ver, percebo que não, pois pouco se vê da integração dentro da xxxxx e o fator linguagem não fica por fora disso. Muita das vezes percebe um certo tipo de desinteresse por parte da maioria em querer conhecer, aprender mais a fundo o processo histórico que as línguas presentes dentro da instituição carregam, afim de

poder compreender as variações linguística e conseqüentemente evitar o possível preconceito no que toca a forma de falar, escrever e pronunciar as línguas (R2, *sic*).

Para este respondente, a questão da não valorização das variedades dos falantes que compõem a instituição é apenas o reflexo da fraca integração que se vê na universidade, acarretando, assim, a falta de interesse da maioria em conhecer o processo histórico da língua que é fundamental para entender a variação da mesma.

Para Adichie (2019), as histórias são definidas por meio de ‘ser maior que o outro’, ou seja, a história única e estereotipada sobre a língua portuguesa e o povo africano revela o desinteresse, pois a história passou para essas pessoas a ideia de serem maiores que os povos africanos, de que as suas variedades, comparadas aos dos outros falantes do português, são as maiores e o modelo a ser seguido. Então, não adianta entender a história da língua para saber sobre as variedades da língua, mas a consequência disso é que se “[...] rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos” (Adichie, 2019, p. 27-28).

É incongruente dizer que uma universidade está a trabalhar no sentido de promover a valorização das variedades, se o ensinamento sobre a língua, ou sobre as variedades utilizadas pelos estudantes é frágil. Posto isto, vale destacar a afirmação do respondente oito: “Se trabalhe, é pouco. A universidade precisa repensar o seu currículo e PPC dos cursos, sobretudo do curso da Letra Língua Portuguesa para contemplar a realidade dos PALOPS” (R8, *sic*).

Cabe sublinhar que, no Curso de Letras-Língua Portuguesa da instituição em foco, na área de Literatura, só há uma disciplina, de caráter optativo, denominada de Literaturas Africanas: Temas e Tópico, e não existe nenhuma disciplina que trate da linguística africana. As disciplinas como literaturas 1, 2, 3, 4, 5 tratam de conteúdos ligados ao PALOP e de autores africanos de uma forma superficial. Isso expressa a necessidade de se reavaliar o currículo e o PPC dos cursos, como sugere o respondente oito (R8).

Para Coelho *et al.* (2015), cabe às instituições o trabalho de proporcionar debates sérios sobre a questão da diversidade linguística em todo o território. Partindo deste postulado, e com as análises feitas sobre as respostas da questão três, concluímos que a universidade em foco carece de ações no sentido da promoção da

valorização das variedades do português dos falantes que compõe o seu corpo de discente, tendo como principais indicadores dessa negligência: professores como promotores do preconceito linguístico, perpetuação de história da língua contada a partir do prisma europeu, excluindo a contribuição africana; vigência de um Programa Pedagógico Curricular, no caso do Curso de Letras-Língua Portuguesa, que exclui consideravelmente as disciplinas ligadas aos PALOP.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Introduziu-se este trabalho discutindo sobre a problemática de diferentes formas do preconceito linguístico que afetam a sociedade e o seu perigo, sobretudo, nas relações humanas interpessoais. Reconhecendo que a língua é o campo onde se manifesta este preconceito, em particular, com o foco nos falantes guineenses moradores da região Y, vimos a necessidade de estudar o preconceito linguístico a partir de uma análise sobre a desvalorização da variedade guineense do português.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar acerca da desvalorização da variedade guineense do Português na região Y, notadamente, no espaço da universidade X. O objetivo foi alcançado e a hipótese inicial confirmada, pois os resultados revelam a desvalorização que os usuários da variedade guineense do português sofrem na região por parte dos moradores, dos atendentes em supermercados, sobretudo, na própria universidade, onde tanto os professores como os colegas estudantes mostram essa desvalorização à variedade guineense do português, constituindo, assim, o preconceito contra esta variedade.

É de se destacar que também os objetivos específicos foram atendidos, sendo que a pesquisa evidencia que a assimetria da língua é causada por questões políticas, econômicas e sociais, ou seja, mesmo com a criação de institutos, organizações que delineiam políticas linguísticas que visam promover as variedades linguísticas, isto é, o multilinguismo, no caso da língua portuguesa, entre os países falantes dessa mesma língua, ainda existe a questão de poder onde sobressai a variedade do país considerado do primeiro mundo, a variedade do centro, tornando utópica a ideia de promoção de variedades linguísticas ou multilinguismo do português que é o mote dessas organizações.

Por meio da investigação com os estudantes guineenses da universidade focalizada, a pesquisa apresenta ocorrências do preconceito que ocasiona a desvalorização da variedade guineense do português, dentre as quais destacam-se a exigência de mudança de sotaque, desinteresse em entender a variedade do outro por parte dos estudantes e moradores (alegando-se, insistentemente, não entender), deboche sofrido pelos estudantes na sala de aula quando realizam algum comentário, violência e intolerância por parte dos professores, estudantes e moradores face à variedade diferente do português.

Ainda, os objetivos específicos atendem que o papel da instituição educacional abordada neste estudo, no tocante à promoção e à valorização das variedades do português falado pelos estudantes dos países da integração, deixa a desejar, pois traz lacunas ao não se atentar e não aplicar penalidade às práticas preconceituosas, violentas, discriminatórias e excludentes perpetradas pelos próprios professores e estudantes da instituição; sem descurar da centralização do currículo do Curso de Letras-Língua Portuguesa, que exclui os países que integram a instituição.

A pesquisa se conclui confirmando a hipótese de que a desvalorização da variedade guineense na região Y decorre do desconhecimento e/ou da resistência por parte da população dessa região em aceitar a diversidade linguística, que é uma das características intrínsecas a toda língua natural; de que a assimetria linguística é causada por fatores econômico, políticos e sociais; que o preconceito contra a variedade do português dos estudantes guineenses na universidade focalizada é evidenciado nas interações cotidianas destes estudantes.

Conclui-se que a intenção da pesquisa é alertar a comunidade, a acadêmica em especial, sobre essa realidade de preconceito linguístico, que é atravessada pela questão de raça, pois o preconceito contra a variedade guineense, como foi discutido neste trabalho, não tem a ver com o mero falar, mas com a forma como é visto o próprio falante, sua origem (é europeu ou asiático, africano ou latino americano, de periferia ou de centro urbano), qual é a sua raça (ele é negro ou branco, amarelo ou vermelho), o que ele é (é rico ou pobre).

A pesquisa também traz à luz o que ocorre no interior de uma instituição federal de ensino, na sala de aula. E mais preocupante é constatar que essa colonialidade é reproduzida por professores, que deveriam ser vanguardistas na

luta contra a violência, contra o racismo linguístico. Interpretamos que os profissionais estão cientes de suas responsabilidades, mas parte deles opta por negá-la, e, deliberadamente, praticar violência e intolerância contra o diferente, contra o outro.

A pesquisa revela que é urgente desencadear uma luta contra a colonização das mentes, pois é importante o despertar da consciência dos estudantes quanto à repercussão deste mal-estar social. Espera-se que este seja um trabalho que vai impulsionar a produção de vários outros num futuro próximo, de modo a produzir conhecimento suficiente para consciencializar a sociedade a se levantar para lutar contra esses atos e se defender de qualquer instrumentalização.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AUGEL, M. P. *O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. -56 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia de linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência de linguagem*. 8. ed. São Paulo; Hucitec, 1997.

BANDEIRA, J. do R. *Diversidade Linguística na Lusofonia: o Ensino de Português em São Tomé e Príncipe*. 2018. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Língua Portuguesa) -Instituto de Linguagens e Literatura, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2205>. Acesso em: 30 jun. 2023.

BATORÉO, H. Que gramática (s) temos para estudar o Português língua pluricêntrica? *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 01-15, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/4023/3001> . Acesso em: 30 jun. 2023.

BOURDIEU, P. *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

BRASIL. Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 138, 21 jul. 2010. Seção I, p. 4.

CÁ, I. N.; RUBIO, C. F. O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, São Paulo v. 58, n (58.1), p. 389-421, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/PygbnYmdMsqR8Mj66mhw5Lr/?lang=pt> . Acesso em: 30 jun. 2023.

COELHO [et al.]. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, B. M. *Políticas linguísticas para o português: avanços e desafios no Timor-Leste*. 2019. 21 f. Artigo (Graduação) - Curso de Letras - Língua Portuguesa, Instituto de Linguagens e Literatura - ILL, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, CE, 2019. Disponível em: <https://www.repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2090>. Acesso em: 30 jun. 2023.

GERALDI, J. W. de (org.) *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ed. Ática, 2011.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, [S. l.], v. 2, pág. 57-63, 1995. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rae/article/view/38183>. Acesso em: 30 jun. 2023.

LIMA, M. C. de (org.) *Unilab 10 anos: gênese, desafios e conquistas*. Santa Catarina: Ed. FURBA, 2021.

LOPES, C. *Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau*. Bissau: INEP, 1988

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo. Atlas, 2003

MENDES, E. A promoção do português como língua global no século XXI: um cenário a partir do Brasil. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 37-64, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/154924>. Acesso em: 30 jun. 2023.

NASCIMENTO, G. *Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*. Belo Horizonte: Letramento, 2019

OLIVEIRA, G. M. de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trabalhos em linguística aplicada*, São Paulo, v. 52, p. 409-433, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/MvzjfZ35mKhnxHjWW5W7rMk/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SCANTAMBURLO, L. *O Léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: ensino bilíngue português-crioulo guineense*. 2013. Tese (doutorado em linguística) – Faculdade de Ciências sociais e humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/10960> . Acesso em: 30 jun. 2023.

SILOM, A. dos S. *Considerações sobre a percepção da Língua Portuguesa e o preconceito linguístico em Guiné-Bissau*. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) - Instituto de Humanidades e Letras

dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em:
<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1697>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SILVA, D. B. da; SANT'ANNA, V. L. A. de. Fabrica-se um “novo português”? Uma análise discursiva de documentos da CPLP. *Revista Gragoatá*, Niterói, n. 32, p. 117-136, 1. Sem, 2012. Disponível em:
<https://www.academia.edu/download/37163455/gragoata32web.pdf#page=117>. Acesso em: 30 jun. 2023.